

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2012, do Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre, o Banco Alvorada registrou Lucro Líquido de R\$ 1,180 bilhão, correspondente a R\$ 5.651,48 por ação, Patrimônio Líquido de R\$ 24,833 bilhões, proporcionando rentabilidade de 9,83% sobre o Patrimônio Líquido médio do período. Salvador, BA, 13 de agosto de 2012.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 30 de Junho - Em Reais mil

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	17.655.839	16.656.590	CIRCULANTE	2.318.241	2.338.893
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	3	2	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a)	-	199
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	14.061.312	12.374.599	CEF	-	199
Aplicações no Mercado Aberto	24.700	7.938	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.318.241	2.338.694
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.036.612	12.366.661	Sociais e Estatutárias (Nota 15c)	1.904.450	1.893.488
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	326.681	296.365
DERIVATIVOS (Nota 6a)	909.908	769.628	Diversas (Nota 14b)	87.110	148.841
Carteira Própria	655.398	575.620			
Vinculados à Prestação de Garantias	254.510	194.008			
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	4	1.547			
Transferências Internas de Recursos	4	1.547			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(56.854)	(145.361)			
Operações de Arrendamentos a Receber:			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	884.998	1.482.986
- Setor Privado	326.959	809.175	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a)	-	955
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(310.780)	(779.572)	CEF	-	955
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(73.033)	(174.964)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 14)	884.998	1.482.031
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	2.741.344	3.656.052	Fiscais e Previdenciárias	404.953	598.188
Rendas a Receber	2.632.615	3.455.084	Diversas	480.045	883.843
Diversos	108.797	201.024			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(68)	(56)			
OUTROS VALORES E BENS	122	123			
Outros Valores e Bens	279	220			
Provisões para Desvalorizações	(164)	(113)			
Despesas Antecipadas	7	16	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)	24.833.416	22.849.426
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	781.472	661.735	Capital:		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			- De Domiciliados no País	14.746.080	14.746.080
DERIVATIVOS (Nota 6a)	35.341	45.838	- De Domiciliados no Exterior	3.920	3.920
Carteira Própria	24.522	32.381	Reservas de Lucros	9.950.276	8.082.521
Moeda de Privatização	10.819	13.457	Ajustes de Avaliação Patrimonial	133.140	16.905
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(5.915)	(98.103)			
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Privado	114.727	597.516			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(114.704)	(585.636)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(5.938)	(109.983)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	752.046	714.000			
Diversos	752.201	714.202			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(155)	(202)			
PERMANENTE	9.599.344	9.352.980			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	8.685.385	7.159.540			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	8.648.001	7.115.717			
Outros Investimentos	79.925	86.364			
Provisões para Perdas	(42.541)	(42.541)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 10)	913.959	2.193.440			
Bens Arrendados	2.295.663	4.009.634			
Depreciações Acumuladas	(1.381.704)	(1.816.194)			
TOTAL	28.036.655	26.671.305	TOTAL	28.036.655	26.671.305

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado dos Semestres findos em 30 de Junho - Em Reais mil

	2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.122.925	1.477.994
Operações de Créditos (Nota 7g)	13.669	1.087
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g)	481.622	771.471
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	627.634	705.436
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	433.053	660.311
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	-	1.695
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	3	60
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g)	463.487	644.765
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7e)	(30.437)	13.791
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	689.872	817.683
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	747.942	624.304
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(1.103)	(3.248)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(3.649)	(3.535)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(32.850)	(40.581)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	781.074	669.998
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	23.585	18.265
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(19.115)	(16.595)
RESULTADO OPERACIONAL	1.437.814	1.441.987
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	1.784	1.163
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	1.439.598	1.443.150
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 24a e 24b)	(259.919)	(308.027)
LUCRO LÍQUIDO	1.179.679	1.135.123
Número de ações (Nota 15a)	208.738	208.738
Lucro por ação em R\$	5.651,48	5.438,03

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutárias	Próprias	Coligadas e Controladas		
Saldos em 31.12.2010	14.750.000	473.361	6.743.629	12.679	296	-	21.979.965
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.261	2.669	-	3.930
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.135.123	1.135.123
Destinações:- Reservas	-	56.756	808.775	-	-	(865.531)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(269.592)	(269.592)
Saldos em 30.6.2011	14.750.000	530.117	7.552.404	13.940	2.965	-	22.849.426
Saldos em 31.12.2011	14.750.000	614.050	8.436.721	11.713	(15.118)	-	23.797.366
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	11.499	125.046	-	136.545
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.179.679	1.179.679
Destinações:- Reservas	-	58.984	840.521	-	-	(899.505)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(280.174)	(280.174)
Saldos em 30.6.2012	14.750.000	673.034	9.277.242	23.212	109.928	-	24.833.416

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.



Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Semestres findos em 30 de Junho - Em Reais mil

	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	1.439.598	1.443.150
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos (349.690) (7.019)		
(Reversão)/Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(30.437)	13.791
Depreciações.....	105.711	406.513
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(781.074)	(669.998)
(Reversão)/Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	(3.435)	6.749
Insuficiência de Depreciação.....	353.152	231.202
Perda na Venda de Imobilizado.....	-	167
Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio.....	41	550
Outras Provisões.....	6.352	4.007
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	1.089.908	1.436.131
Aumento em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(1.657.024)	(1.204.082)
Aumento em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(37.790)	(30.135)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	44	(154)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil.....	28	(5.529)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(57.973)	1.174
Redução em Depósitos.....	-	(35.303)
Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(386)	(756)
Redução em Outras Obrigações.....	(206.770)	(336.432)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(144.747)	(179.003)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades Operacionais.....	(1.014.710)	(354.089)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	(1.721)	1.994
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	10	94
Alienação de Imobilizado de Arrendamento.....	57.587	190.513
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio.....	(37)	(555)
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento.....	(1.049)	(3.048)
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas.....	961.925	160.883
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos.....	1.016.715	349.881
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(19)	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos.....	(19)	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.986	(4.208)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	22.717	12.148
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	24.703	7.940
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.986	(4.208)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado dos Semestres findos em 30 de Junho - Em Reais mil

Descrição	2012	%	2011	%
1 - RECEITAS.....	1.159.616	78,7	1.467.036	98,7
1.1) Intermediação Financeira.....	1.122.925	76,2	1.477.994	99,4
1.2) Reversão/(Provisão) para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	30.437	2,1	(13.791)	(0,9)
1.3) Outras.....	6.254	0,4	2.833	0,2
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	(463.490)	(31,5)	(646.520)	(43,5)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS.....	(3.649)	(0,2)	(3.535)	(0,2)
Serviços de Terceiros.....	(93)	-	(11)	-
Comunicações.....	(8)	-	(22)	-
Serviços do Sistema Financeiro.....	(126)	-	(121)	-
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(293)	-	(219)	-
Transporte.....	(30)	-	(3)	-
Serviços Técnicos Especializados.....	(3.056)	(0,2)	(3.058)	(0,2)
Viagens.....	(4)	-	-	-
Outras.....	(39)	-	(101)	-
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3).....	692.477	47,0	816.981	55,0
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4).....	692.477	47,0	816.981	55,0
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA.....	781.074	53,0	669.998	45,0
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	781.074	53,0	669.998	45,0
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6).....	1.473.551	100,0	1.486.979	100,0
8 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO.....	1.473.551	100,0	1.486.979	100,0
8.1) Pessoal.....	1.103	0,1	3.248	0,2
Outros.....	1.103	0,1	3.248	0,2
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições.....	292.769	19,9	348.608	23,5
Federais.....	292.118	19,8	347.293	23,4
Municipais.....	651	0,1	1.315	0,1
8.3) Remuneração de Capitais Próprios.....	1.179.679	80,0	1.135.123	76,3
Dividendos.....	280.174	19,0	269.592	18,1
Lucros Retidos.....	899.505	61,0	865.531	58,2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada) é uma instituição financeira, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio e arrendamento mercantil. O Banco Alvorada é parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 13 de agosto de 2012.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

f) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são os seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7f).

V - Superveniência/(insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registrados no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal e as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem, bem como a previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 24.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição das empresas controladas e coligadas, bem como de outros investimentos, encontra-se na Nota 9.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Instituição.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 13a);
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 13c); e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 13b).

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata dia).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Classificação por categoria e prazos

Em 30 de junho - R\$ mil									
Títulos	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2012			2011	
					Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2)	570.786	-	51.583	219.453	841.822	841.385	437	713.379	(8)
Letras financeiras do tesouro	-	-	51.583	219.453	271.036	270.599	437	197.630	(8)
Notas do tesouro nacional (3)	570.786	-	-	-	570.786	570.786	-	515.749	-
Títulos disponíveis para venda (4)	68.086	-	-	35.341	103.427	64.654	38.773	102.087	23.499
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	24.522	24.522	24.501	21	32.258	(2.420)
Ações	68.086	-	-	-	68.086	29.574	38.512	56.249	26.363
Outros	-	-	-	10.819	10.819	10.579	240	13.580	(444)
Total em 2012	638.872	-	51.583	254.794	945.249	906.039	39.210		
Total em 2011	571.998	123	-	243.345				815.466	23.491

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;

(3) Referem-se a recursos de fundos de investimento exclusivos aplicados em operações compromissadas com o Conglomerado Bradesco; e

(4) No 1º semestre de 2012, não foram realizadas perdas que não temporárias, para os títulos classificados na categoria de "disponíveis para venda".

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil									
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	Cotas de fundos de investimentos	Títulos de renda fixa	Títulos de renda variável	Total	2012	2011			
					585.371	662.719			
					25.331	26.969			
					13.818	14.974			
					3.114	774			
					627.634	705.436			

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Alvorada não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2012 e de 2011.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Apresentamos as informações relativas às operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Modalidades e prazos

Em 30 de junho - R\$ mil														
Operações de crédito	Curso normal						Total (A)							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2012	%	2011	%				
Arrendamento Mercantil.....	34.389	27.174	25.859	65.811	99.698	72.739	325.670	93,60	960.053	97,40				
Outros créditos (1).....	1.127	506	507	1.531	3.084	15.525	22.280	6,40	25.646	2,60				
Total em 2012	35.516	27.680	26.366	67.342	102.782	88.264	347.950	100,00						
Total em 2011	72.625	62.418	60.304	160.862	259.561	369.929			985.699	100,00				
Em 30 de junho - R\$ mil														
Operações de crédito	Curso anormal						Total (B)							
	Parcelas vencidas						2012	%	2011	%				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias									
Arrendamento Mercantil.....		6.101	4.788	3.367	5.589	3.483	23.328	100,00	108.340	100,00				
Outros créditos (1).....		-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Total em 2012		6.101	4.788	3.367	5.589	3.483	23.328	100,00						
Total em 2011		12.000	9.850	7.991	19.099	59.400			108.340	100,00				
Em 30 de junho - R\$ mil														
Operações de crédito	Curso anormal						Total (C)				Total geral (A+B+C)			
	Parcelas vincendas						2012	%	2011	%	2012	%	2011	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias								
Arrendamento Mercantil.....	5.742	5.279	5.127	13.777	21.708	19.333	70.966	100,00	198.616	100,00	419.964	94,96	1.267.009	98,02
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.280	5,04	25.646	1,98
Total em 2012	5.742	5.279	5.127	13.777	21.708	19.333	70.966	100,00			442.244	100,00		
Total em 2011	11.419	10.731	10.535	29.845	51.134	84.952			198.616	100,00			1.292.655	100,00

(1) Corresponde a devedores por compra de valores e bens.

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

b) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2012	%	2011	%
Maior devedor	22.243	5,03	25.582	1,98
Dez maiores devedores.....	29.197	6,60	40.521	3,13
Vinte maiores devedores.....	32.231	7,29	47.508	3,68
Cinquenta maiores devedores.....	39.231	8,87	62.188	4,81
Cem maiores devedores	48.598	11,00	79.619	6,16

c) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2012	%	2011	%
Setor privado	442.244	100,00	1.292.655	100,00
Indústria	27.696	6,26	88.444	6,84
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica.....	4.795	1,08	15.370	1,19
Alimentícia e bebidas	4.757	1,08	14.801	1,14
Móveis e produtos de madeira	4.619	1,04	14.450	1,12
Materiais não metálicos.....	3.157	0,71	8.641	0,67
Têxtil e confecções	2.383	0,54	7.698	0,60
Extração de minerais metálicos e não metálicos.....	1.756	0,40	4.964	0,38
Artigos de borracha e plásticos	1.465	0,33	4.811	0,37
Química	1.396	0,32	5.156	0,40
Edição, impressão e reprodução	547	0,12	1.880	0,14
Papel e celulose	511	0,11	1.461	0,11
Veículos leves e pesados	472	0,11	1.285	0,10
Eletroeletrônica.....	399	0,09	2.060	0,16
Artefatos de couro	390	0,09	1.734	0,13
Autopeças e acessórios	383	0,09	1.892	0,15
Refino de petróleo e produção de álcool	160	0,04	592	0,05
Demais indústrias	506	0,11	1.649	0,13
Comércio	85.018	19,22	273.121	21,13
Produtos em lojas especializadas.....	28.999	6,56	89.742	6,94
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	12.946	2,93	43.161	3,34
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores	10.280	2,32	31.753	2,46
Resíduos e sucatas	6.074	1,37	18.199	1,41
Varejista não especializado.....	5.392	1,22	16.973	1,31
Combustíveis	4.993	1,13	16.869	1,31
Vestuário e calçados	4.504	1,02	14.622	1,13
Artigos de uso pessoal e doméstico	2.624	0,59	9.717	0,75
Intermediário do comércio.....	2.523	0,57	7.142	0,55
Veículos automotores	2.253	0,51	9.314	0,72
Atacadista de mercadorias em geral.....	1.493	0,34	6.188	0,48
Produtos agropecuários	563	0,13	2.120	0,16
Demais comércios	2.374	0,53	7.321	0,57
Intermediários financeiros	128	0,03	696	0,05
Serviços.....	152.552	34,50	412.337	31,90
Transportes e armazenagens.....	80.564	18,22	233.340	18,05
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	42.702	9,66	87.240	6,75
Construção civil.....	8.359	1,89	30.692	2,38
Alojamento e alimentação	5.222	1,18	14.921	1,16
Serviços sociais, educação, saúde, defesa e segurança social.....	4.120	0,93	10.725	0,83
Holdings, atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial	3.007	0,68	8.843	0,68
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas	2.702	0,61	7.638	0,59
Telecomunicações	554	0,13	1.844	0,14
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água.....	56	0,01	313	0,02
Demais serviços	5.266	1,19	16.781	1,30
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	3.092	0,70	9.635	0,75
Pessoa física	173.758	39,29	508.422	39,33
Total	442.244	100,00	1.292.655	100,00

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas".

	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital		Lucro líquido/ (prejuízo) ajustado	
					Ações				Valor contábil	
									Ajuste decorrente de avaliação (4)	
Empresas										
Rubi Holdings Ltda. (1)	4.821.345		6.965.888		-	4.817.526	99,920	625.412	6.960.370	5.957.549
Bradescard Elo Participações S.A. (2)	657.155		737.344		3.708.379	-	88,981	48.199	656.096	-
Miramar Holdings S.A.	167.000		291.265		41.998	-	100,000	12.109	291.265	266.642
Caeté Holdings Ltda.	40.158		148.995		-	39.774	99,043	79.766	147.569	116.352
Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	31.900		44.875		-	31.899	99,999	(520)	44.875	33.724
Baneb Corretora de Seguros S.A.	4.500		9.290		419	-	54,110	376	5.027	4.711
Settle Consultoria, Assessoria e Sist. Ltda.	430		511		-	429	99,999	36	511	394
Aicaré Holdings Ltda.	135		162		-	127	93,949	(3)	152	152
Serel Participações em Imóveis S.A.	165.500		1.170.405		5.470	-	37,879	49.573	460.821	420.383
Marselha Holdings Ltda.	147.000		305.841		-	11.906	8,099	27.945	24.771	19.739
Embaúba Holdings Ltda.	551.937		659.977		-	18.663	3,381	26.928	22.315	19.980
Manacás Holdings Ltda.	28.652		31.830		-	11.107	38,765	(829)	12.339	12.715
Tempo Serviços Ltda.	1.575.650		1.772.204		-	7.797	0,495	121.691	8.772	9.458
STVD Holdings S.A.	912.000		1.394.060		51.724	-	0,547	43.300	7.627	7.113
Alvorada Administradora de Cartões Ltda. (3).....	-		-		-	-	-	-	-	241.287
Outras empresas	-		-		-	-	-	-	5.491	5.518
Total de Investimentos									8.648.001	7.115.717
										781.074
										669.998

(1) Investimento teve redução em seu capital social em 22 de setembro de 2011, efetivada mediante a entrega de bens;

(2) Investimento adquirido mediante ao aumento de capital social efetivado em 26 de setembro de 2011;

(3) Investimento utilizado para aumento de capital social na Empresa Bradescard Elo Participações S.A., em 26 de setembro de 2011; e

(4) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Ações e Cotas	28.571	35.009
Investimentos por incentivos fiscais.....	14.321	14.320
Títulos patrimoniais	77	77
Outros investimentos	36.956	36.958
Subtotal	79.925	86.364
Provisão para perdas.....	(42.541)	(42.541)
Total	37.384	43.823

10) IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Imobilizado de Arrendamento:		
Veículos e afins	2.293.163	4.006.786
Perdas em arrendamentos (líquidas).....	2.500	2.848
Subtotal de bens arrendados	2.295.663	4.009.634
Depreciação acumulada de bens arrendados	(2.180.736)	(3.397.004)
Superveniência de depreciação (Nota 3f - V)	799.032	1.580.810
Subtotal da depreciação acumulada	(1.381.704)	(1.816.194)
Total Imobilizado de Arrendamento	913.959	2.193.440

11) DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) O Banco Alvorada não possuía Depósitos e Captações no Mercado Aberto em 30 de junho de 2012 e de 2011.

d) Composição das operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 30 de junho - R\$ mil									
Níveis de Risco	Saldo da carteira				Provisão				Percentual Mínimo Requerido
	Curso		Total	%	Provisão Requerida		2012	2011	
	Normal	Anormal			Genérica	Específica			
AA.....	31	-	31	0,01	-	-	-	-	-
A.....	76.412	-	76.412	17,28	382	-	382	993	0,50
B.....	27.164	2.916	30.080	6,80	272	29	301	632	1,00
C.....	203.276	10.741	214.017	48,39	6.098	322	6.420	20.237	3,00
Subtotal	306.883	13.657	320.540	72,48	6.752	351	7.103	21.862	
D.....	21.813	15.562	37.375	8,45	2.181	1.556	3.737	6.538	10,00
E.....	3.380	9.009	12.389	2,80	1.014	2.703	3.717	7.761	30,00
F.....	1.891	7.648	9.539	2,16	946	3.824	4.770	10.499	50,00
G.....	1.578	6.869	8.447	1,91	1.105	4.808	5.913	11.805	70,00
H.....	12.405	41.549	53.954	12,20	12.405	41.549	53.954	226.740	100,00
Subtotal	41.067	80.637	121.704	27,52	17.651	54.440	72.091	263.343	
Total em 2012 ...	347.950	94.294	442.244		24.403	54.791	79.194		
%	78,68	21,32		100,00	30,81	69,19	100,00		
Total em 2011 ...	985.699	306.956	1.292.655		58.902	226.303		285.205	
%	76,25	23,75		100,00	20,65	79,35		100,00	

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Saldo inicial	113.056	271.414
Constituição/(reversão) de provisão	(30.437)	13.791
Baixas	(3.425)	-
Saldo final.....	79.194	285.205
- Provisão específica (1)	54.791	226.303
- Provisão genérica (2)	24.403	58.902
Recuperação de créditos baixados (3).....	13.669	1.087

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior; e

(3) Classificada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do Bacen.

No período não ocorreram renegociações de operações de crédito.

f) Operações de Arrendamento Mercantil

I - Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada e podem ter as seguintes características:

- Arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra; e
- Arrendamento operacional, com cláusula que possibilita o cancelamento e asseguram ao arrendatário a opção pela aquisição do bem a qualquer momento, pelo valor de mercado.

II - Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Arrendamentos financeiros a receber.....	441.686	1.406.691
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber.....	(425.484)	(1.365.208)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquidas).....	2.295.663	4.009.634
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros:	(1.381.704)	(1.816.194)
Depreciações acumuladas	(2.180.736)	(3.397.004)
Superveniência de depreciação.....	799.032	1.580.810
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 14b)	(510.197)	(967.914)
Total do valor presente.....	419.964	1.267.009

g) Receitas de operações de arrendamento mercantil e de outros créditos com características de concessão de crédito

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	13.669	1.087
Subtotal	13.669	1.087
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	18.135	126.706
Total	31.804	127.793

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Basicamente, refere-se a dividendos a receber, no montante de R\$ 2.632.542 mil (2011 - R\$ 3.454.968 mil).

b) Diversos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Devedores por depósito em garantia	405.082	368.573
Créditos tributários (Nota 24c).....	177.694	281.678
Pagamentos a ressarcir.....	163.591	141.242
Impostos e contribuições.....	55.399	68.238
Devedores diversos.....	36.593	29.491
Devedores por compra de valores e bens	22.280	25.646
Outros.....	359	358
Total	860.998	915.226

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

IV - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)
Saldo no início do 1º semestre de 2012	10.153	45.432	170.568
Atualização monetária	-	-	1.891
(Reversões)/constituições	(4.367)	(931)	(28)
Pagamentos	(1.574)	-	-
Saldo no final do 1º semestre de 2012 (Nota 14).....	4.212	44.501	172.431
Saldo no final do 1º semestre de 2011 (Nota 14).....	8.413	44.699	220.400

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 30 de junho de 2012 e de 2011, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	255.442	217.973
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 24c)	222.766	416.584
Provisões fiscais (Nota 13b - IV)	172.431	220.400
Impostos e contribuições a recolher	80.995	39.596
Total	731.634	894.553

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7f).....	510.197	967.914
Provisões cíveis (Nota 13b - IV)	44.501	44.699
Credores diversos - país.....	6.542	6.611
Provisões trabalhistas (Nota 13b - IV)	4.212	8.413
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.172	4.565
Provisão para pagamentos a efetuar	531	482
Total	567.155	1.032.684

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 14.750.000 mil, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 208.738 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Reservas de Lucros	9.950.276	8.082.521
- Reserva Legal (1)	673.034	530.117
- Reserva Estatutária (2)	9.277.242	7.552.404

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Os dividendos devidos ao acionista Banco Bradesco S.A., controlador da Instituição, declarados nas Assembleias Gerais Ordinárias de 20.4.2009, 23.4.2010 e 15.4.2011, no montante de R\$ 1.621.990 mil, tiveram os prazos de pagamento prorrogados, de até 31.12.2011 para até 31.12.2012, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 23.12.2011. Demonstrativo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho:

	R\$ mil	
	2012	2011
Lucro líquido do semestre	1.179.679	1.135.123
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(58.984)	(56.756)
Base de cálculo ajustada	1.120.695	1.078.367
Dividendos propostos	280.174	269.592
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	25,0%	25,0%
Valor em Reais por ação	1.342,23	1.291,53

16) DESPESAS DE PESSOAL

Refere-se à provisão para processos trabalhistas no montante de R\$ 1.103 mil (2011 - R\$ 3.248 mil).

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Serviços técnicos especializados.....	3.056	3.058
Propaganda, promoções e publicidade.....	293	219
Serviços do sistema financeiro.....	126	121
Serviços de terceiros.....	93	11
Transporte.....	30	3
Comunicações.....	8	22
Outras.....	43	101
Total	3.649	3.535

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Contribuição à Cofins	27.373	33.735
Contribuição ao PIS	4.448	5.482
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	651	1.315
Impostos e taxas	378	49
Total	32.850	40.581

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Juros e atualizações monetárias sobre impostos a compensar.....	8.498	9.895
Reversão de outras provisões operacionais	7.112	156
Atualizações monetárias sobre depósitos vinculados.....	4.195	4.282
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos.....	3.476	783
Outras	304	3.149
Total	23.585	18.265

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Atualizações de impostos e contribuições	4.907	3.003
Outras provisões (1)	4.820	4.288
Doações e patrocínio de caráter cultural.....	3.800	4.608
Atualizações monetárias.....	1.285	1.639
Despesas gerais	880	2.289
Indenizações pagas	767	30
Provisões cíveis	684	499
Comissões com terceiros	207	-
Outras.....	1.765	239
Total	19.115	16.595

(1) Provisão para ajuste do valor de realização de outros créditos.

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado na alienação e baixa de valores e bens	1.783	1.057
Reversão de provisões não operacionais	1	108
Outras	-	(2)
Total	1.784	1.163

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador, controladas e coligadas estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2012 Ativos (passivos)	2011 Ativos (passivos)	2012 Receitas (despesas)	2011 Receitas (despesas)
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	24.700	7.938	1.344	858
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	14.036.612	12.366.661	584.027	661.861
Captações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	(1.695)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.	(1.902.028)	(1.621.990)	-	-
Rubi Holdings Ltda.	2.505.114	3.289.866	-	-
Serel Participações S.A.	61.334	60.934	-	-
Caeté Holdings Ltda.	35.023	70.202	-	-
Marselha Holdings Ltda.	16.462	16.428	-	-
Miramar Holdings S.A.	9.932	9.700	-	-
Embaúba Holdings Ltda.	4.301	4.280	-	-
Bradescard Elo Participações S.A.	273	-	-	-
Baneb Corretora de Seguros S.A.	95	-	-	-
Tempo Serviços Ltda.	-	3.287	-	-
Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	-	146	-	-
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	-	116	-	-
Outras Controladas e Coligadas.....	8	8	-	-
Serviços prestados:				
Bradesco S.A. CTVM	-	-	(1)	(1)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não é efetuado pela Instituição empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

23) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco Alvorada (sucessor por cisão do Banco Baneb S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social - Bases (relativos aos ex-empregados do Baneb). As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis).

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.439.598	1.443.150
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	(575.839)	(577.260)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	312.430	267.999
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	825	(701)
Outros valores	2.665	1.935
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(259.919)	(308.027)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(225.870)	(235.855)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no semestre, sobre adições temporárias.....	(14.348)	3.732
Constituição no semestre sobre:		
Prejuízo fiscal.....	(19.701)	(75.904)
Total dos impostos diferidos	(34.049)	(72.172)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(259.919)	(308.027)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2012
Provisões para créditos de liquidação duvidosa.....	57.409	-	12.178	45.231
Provisões cíveis	17.943	273	646	17.570
Provisões fiscais	37.023	756	11	37.768
Provisões trabalhistas	3.911	441	2.817	1.535
Provisões para desvalorização de títulos e investimentos.....	16.317	1.323	230	17.410
Provisões para desvalorização de bens não de uso	67	4	5	66
Ágio amortizado	8.576	144	-	8.720
Outros.....	50.797	2.021	3.424	49.394
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	192.043	4.962	19.311	177.694
Prejuízo fiscal	19.701	-	19.701	-
Total dos créditos tributários (Nota 8b).....	211.744	4.962	39.012	177.694
Obrigações fiscais diferidas (Nota 14a).....	302.631	8.423	88.288	222.766
Crédito tributário/(Obrigações fiscais diferidas)	(90.887)	(3.461)	(49.276)	(45.072)

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2012 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2012	23.175	11.893	35.068
2013	35.650	19.681	55.331
2014	41.125	22.792	63.917
2015	8.486	4.102	12.588
2016	6.641	3.946	10.587
2017 (1º sem.)	127	76	203
Total	115.204	62.490	177.694

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 169.498 mil (2011 - R\$ 237.740 mil) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 222.766 mil (2011 - R\$ 416.584 mil) relativas a superveniência de depreciação R\$ 199.758 mil (2011 - R\$ 395.202 mil), a amortização de deságio R\$ 3.072 mil (2011 - R\$ 3.072 mil), ao ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos R\$ 15.649 mil (2011 - R\$ 9.315 mil) e a atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 4.287 mil (2011 - R\$ 8.995 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/07, o Banco Alvorada está dispensado de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais se encontram registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099/74, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 2012 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da sociedade estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando condições para o alcance dos objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.

A Organização exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, o qual é apoiado por comitês específicos e políticas de gerenciamento de riscos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco Alvorada como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional e gerenciamento de capital.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10); e
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Diretoria

Silvio José Alves - Contador - CRC 1SP202567/O-5 S - BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores do

Banco Alvorada S.A.
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Alvorada S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o registro do ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.f e 7.f. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas ou despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alvorada S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Osasco, 13 de agosto de 2012

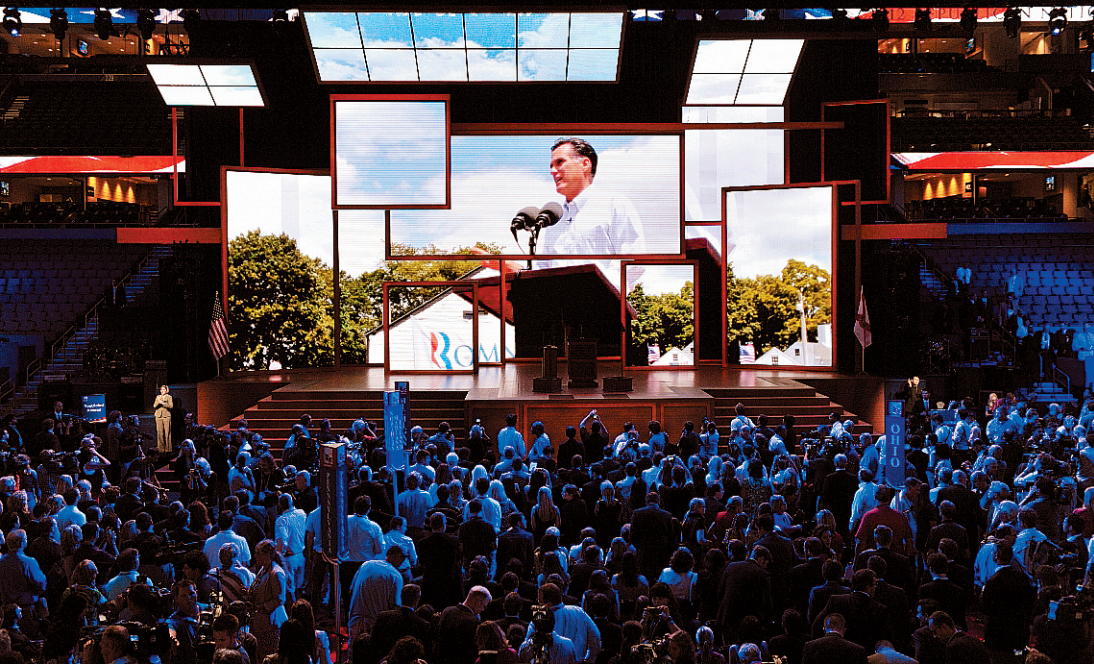
Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0 S-BA

MUNDO

Governo da Colômbia e Farc assinam acordo

PAZ O governo da Colômbia e representantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) assinaram ontem em Cuba um acordo para iniciar negociações para a paz no país sul-americano, informou o canal de televisão Telesur, com sede em Caracas. Este é o primeiro passo para o fim do conflito com o grupo insurgente, que começou há 50 anos. De acordo com a emissora, o conteúdo do acordo e a agenda temática das conversas serão revelados nas próximas semanas pelo governo do presidente Juan Manuel Santos. Após a revelação, o governo colombiano confirmou que os detalhes serão revelados "em breve", sem especificar data. A primeira reunião entre os membros do governo e da guerrilha está marcada para Oslo, na Noruega, em outubro, e terá a participação de representantes de Cuba, Venezuela e Noruega. Um novo encontro será marcado em Havana, onde serão discutidos os detalhes para um pacto de paz. Segundo a Telesur, o representante das Farc que participa do acordo é o comandante Mauricio, que co-

manda a guerrilha após a morte de Jorge Briceño. Por parte do governo, entraram o conselheiro de Segurança, Sergio Jaramillo, o ministro do Meio Ambiente, Frank Pearl, e Enrique Santos, irmão do presidente. Em 2011, o chefe máximo das Farc, Alfonso Cano, anunciou o desejo do grupo armado de começar diálogos de paz com o governo, em um vídeo publicado pela imprensa local. Ele lembrou que Santos "prometeu deixar para trás os ódios que caracterizaram os oito anos do governo anterior", em referência ao ex-presidente Álvaro Uribe (2002-2010). Acredita-se que as Farc possuam nove mil combatentes, que desde a década de 1960 movem uma guerra contra o governo da Colômbia. Durante mais de um ano, as Farc têm sinalizado que estão prontas a iniciar negociações para um processo de paz. O governo colombiano exige que a guerrilha primeiro firme uma trégua para então negociar. Ontem, um ataque com características das Farc provocou a morte de seis pessoas em uma área rural da Colômbia.



STAN HONDA/AFIP

Mesmo receosos com chegada do furacão Isaac, dezenas de delegados foram à convenção de Romney

EUA: convenção é suspensa por temor de furacão

ELEIÇÕES AMERICANAS O Partido Republicano abriu formalmente ontem a convenção nacional para a escolha de seu candidato à Presidência dos Estados Unidos e logo depois convocou recesso por causa da tempestade tropical Isaac. O presidente do partido, Reince Priebus, bateu o martelo para dar início à convenção perante algumas dezenas de delegados republicanos e, na sequência, deu os trabalhos do dia por en-

cerrados. No fim de semana, em meio aos temores com a aproximação da tempestade Isaac, a Convenção Nacional do Partido Republicano teve sua duração reduzida de quatro para três dias. A expectativa é de que o evento termine na quinta-feira, com Mitt Romney aceitando a candidatura republicana na disputa pela Casa Branca. Ontem, uma nova pesquisa divulgada pelo Washington Post e a rede de televisão ABC revelou que

o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e o candidato republicano Mitt Romney estão em empate técnico na disputa. De acordo com a pesquisa, o mandatário democrata aparece com 47%, enquanto o republicano tem 46%. O número não apresenta mudanças em relação ao levantamento anterior, de julho. A diferença entre os dois está dentro da margem de erro, que é de 4 pontos percentuais para mais ou menos.